RESUMO EXPANDIDO
Anais do Congresso Interdisciplinar Internacional – CONIÚNICA
08 a 11 de setembro. Híbrido, Ipatinga – MG
doi.org/10.53426/con.v5i0.001

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

AUDIÊNCIA PÚBLICA SIMULADA COMO METODOLOGIA ATIVA NO ENSINO DO DIREITO AMBIENTAL: APROXIMANDO TEORIA E PRÁTICA

SIMULATED PUBLIC HEARING AS AN ACTIVE METHODOLOGY IN ENVIRONMENTAL LAW EDUCATION: BRIDGING THEORY AND PRACTICE

LA AUDIENCIA PÚBLICA SIMULADA COMO METODOLOGÍA ACTIVA EN LA ENSEÑANZA DEL DERECHO AMBIENTAL: APROXIMANDO TEORÍA Y PRÁCTICA

doi.org/10.53426/con.v5i0.001

Maressa Paula Santos de Almeida[1]

[1] Centro Universitário Uniúnica, Ipatinga-MG, maressapaulajuridico@gmail.com;

Grupo de Trabalho: GT 1 – Educação, Formação Docente e Práticas Pedagógicas

RESUMO

O presente trabalho analisa a aplicação da Audiência Pública Simulada como estratégia de metodologia ativa de ensino na disciplina de Direito Ambiental em um curso de graduação em Direito. O estudo justifica-se pela necessidade premente de superar os modelos pedagógicos tradicionais, centrados na exposição unilateral de conteúdos, promovendo uma formação jurídica integral, crítica e alinhada às exigências contemporâneas de mediação de conflitos socioambientais. O objetivo geral deste estudo consiste em investigar e avaliar os impactos pedagógicos dessa prática interativa no engajamento discente, no domínio de conceitos jurídicos dogmáticos e no desenvolvimento de competências socioemocionais, críticas e argumentativas. A metodologia adotada possui natureza descritiva e abordagem qualitativa, estruturando-se como um relato de experiência pautado em uma atividade prática realizada em quatro fases interligadas: planejamento e estudo de casos reais; divisão de papéis entre os discentes (representantes do órgão ambiental, empreendedores, comunidade e Ministério Público); execução da simulação do rito da audiência pública; e realização de sessão de análise reflexiva e devolutiva pedagógica (*fase de debriefing*). A atividade foi desenvolvida ao longo de quatro semanas letivas, no mês de Agosto de 2026, possibilitando aos estudantes o estudo da legislação ambiental e de situações relacionadas ao licenciamento ambiental, bem como a preparação de argumentos compatíveis com os diferentes interesses envolvidos no conflito. Participaram da atividade cinquenta e dois estudantes matriculados na referida disciplina acadêmica, no curso de Direito. A proposta buscou favorecer a aprendizagem ativa por meio da participação direta dos estudantes na construção dos argumentos, na defesa dos diferentes posicionamentos e na reflexão sobre as consequências jurídicas, sociais e ambientais das decisões relacionadas ao caso analisado. Os principais resultados observados, mapeados por meio de observação participante, indicam maior envolvimento dos discentes nas etapas de preparação e realização da atividade, além da mobilização de conteúdos teóricos durante os debates e manifestações orais. Também foram observadas situações que favoreceram o desenvolvimento de competências transversais (*soft skills*), como a capacidade de argumentação, oratória, escuta e compreensão de diferentes perspectivas diante de demandas coletivas. Constatou-se que o exercício simulado possibilitou uma aproximação entre os conteúdos estudados em sala de aula e a vivência prática da participação popular e da gestão de conflitos ambientais complexos. Conclui-se que a inserção da audiência pública simulada enquanto prática pedagógica ativa constitui uma possibilidade

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

relevante para aproximar teoria e prática no ensino jurídico, favorecendo o protagonismo discente, a reflexão crítica e a compreensão da complexidade dos conflitos socioambientais.
Palavras-chave: Metodologias Ativas; Ensino Jurídico; Audiência Pública Simulada; Práticas Pedagógicas; Direito Ambiental.

INTRODUÇÃO

O ensino superior de Direito historicamente caracterizou-se pela predominância de aulas expositivas centradas na figura do docente e na transmissão passiva da doutrina e da legislação positivada. Contudo, as transformações da sociedade contemporânea e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Direito exigem a transição para um modelo pedagógico dinâmico, focado no desenvolvimento de competências, na resolução colaborativa de problemas e no pensamento crítico.

Nesse cenário, as metodologias ativas de ensino emergem como estratégias essenciais para colocar o estudante no centro do processo de aprendizagem, transformando-o em agente produtor do próprio conhecimento. No âmbito do Direito Ambiental, disciplina intrinsecamente interdisciplinar e pautada na mediação de interesses econômicos, sociais e ecológicos, as aulas puramente teóricas costumam ser insuficientes para demonstrar a complexidade do contencioso e do licenciamento ambiental.

A audiência pública representa um dos principais instrumentos de participação social e de controle democrático previstos na Política Nacional do Meio Ambiente. Dessa forma, a sua reprodução simulada em ambiente acadêmico constitui uma prática pedagógica inovadora. O problema que orienta esta pesquisa questiona: quais são os impactos pedagógicos e formativos da aplicação de uma Audiência Pública Simulada na aprendizagem significativa de estudantes de Direito?

O objetivo deste trabalho é relatar e analisar os resultados obtidos com a realização de uma audiência pública simulada na disciplina de Direito Ambiental, destacando o fortalecimento das habilidades argumentativas, o engajamento dos discentes e a assimilação prática de conceitos jurídicos fundamentais.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência pedagógica. A atividade foi planejada e executada ao longo de quatro semanas letivas, em agosto de 2026, com cinquenta e dois estudantes regularmente matriculados no curso de graduação em Direito. A triangulação na coleta de dados baseou-se em dois eixos: (i) as produções escritas dos grupos (memoriais e teses sustentadas na audiência), analisadas quanto à correção conceitual, à consistência argumentativa e à articulação entre teoria e caso concreto; e (ii) o desempenho oral durante a simulação, observado quanto à clareza, à capacidade de réplica e ao respeito ao rito procedimental. As observações da atividade foram registradas por meio de observação com suporte de diário de campo docente, sendo posteriormente sistematizadas para subsidiar a sessão de devolutiva pedagógica. A aplicação da prática pedagógica foi estruturada em quatro etapas metodológicas encadeadas:

Etapa 1 — Delimitação do Caso e Referencial Teórico: Estudo dirigido da legislação (Resoluções CONAMA nº 01/1986 e 09/1987; Lei Federal nº 6.938/1981) e análise do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) de um caso fictício embasado em conflitos reais de licenciamento ambiental.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

Etapa 2 — Simulação de Papéis e Preparação Estratégica: Organização da turma em grupos representativos dos diferentes atores sociais envolvidos no conflito: Mesa Diretora (Órgão Ambiental Licenciador); Empreendedores e equipe técnica consultora; Comunidade local e povos tradicionais atingidos; Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientalistas; Ministério Público.

Etapa 3 — Execução do Rito da Audiência Pública Simulada: Realização da simulação em ambiente acadêmico, seguindo o rito procedimental formal: abertura pela mesa, exposição técnica do projeto, manifestações orais das partes interessadas, réplicas, tréplicas e encerramento.

Etapa 4 — Sessão de Análise Reflexiva e Devolutiva (*Debriefing*): Encontro final dedicado à avaliação pedagógica da atividade, no qual os estudantes puderam debater os aspectos emocionais, a qualidade das teses jurídicas sustentadas e os desafios de síntese e oratória enfrentados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação da prática pedagógica, produziu indícios qualitativos de avanço no processo de aprendizagem dos discentes, compatíveis com o que Berbel (2011) descreve como efeito das metodologias ativas sobre a autonomia do estudante. A avaliação fundamentada na análise das produções escritas e do desempenho oral, conforme os critérios descritos na metodologia, revelou maior consistência na assimilação dos conteúdos teóricos, perceptível na comparação entre os memoriais iniciais e as sustentações orais realizadas na etapa de execução. Conceitos jurídicos de elevada complexidade, tais como o Princípio da Precaução, a Participação Popular, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental e o Dano Reflexo, que nas produções iniciais apareciam de forma predominantemente descritiva, passaram a ser articulados pelos estudantes com fundamentação e consistência argumentativa durante os debates da audiência simulada.

Sob a perspectiva atitudinal e comportamental, registraram-se progressos significativos em diferentes frentes. Inicialmente, observou-se a elevação do engajamento e da autonomia discente, evidenciada pela busca espontânea por jurisprudências atualizadas e doutrinas especializadas em Direito Ambiental durante a etapa de preparação dos grupos. Além disso, a atividade favoreceu o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e interpessoais, uma vez que a vivência dos papéis exigiu empatia ao sustentar posições contrárias às convicções pessoais dos estudantes, aprimorando a oratória, a escuta atenta e o rigor no controle do tempo de fala. Constatou-se também uma maior compreensão da complexidade decisória, visto que os discentes encarregados de representar o órgão ambiental vivenciaram o desafio real de ponderar os vetores do desenvolvimento econômico em contraponto à proteção da biodiversidade.

Dessa forma, a articulação entre o arcabouço teórico e a vivência prática indica que a simulação pode atuar como elemento catalisador da aprendizagem significativa, na linha do que Moran (2015) descreve sobre o potencial das metodologias ativas para deslocar o estudante da postura passiva tradicional em direção a um papel de maior protagonismo, alinhado às diretrizes do GT 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação da Audiência Pública Simulada na disciplina de Direito Ambiental mostrou-se uma ferramenta pedagógica de valor formativo relevante. Os indícios obtidos sugerem que a simulação contribuiu para aproximar a teoria dogmática das exigências práticas da atuação profissional e do exercício da cidadania, ainda que a confirmação desses resultados dependa de investigações com instrumentos de avaliação mais sistemáticos. Como limitação da experiência, aponta-se a exigência de expressivo tempo de planejamento docente e a necessidade de gestão rigorosa do cronograma de intervenção dos estudantes durante a audiência. Recomenda-se a adoção

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

continuada dessa metodologia ativa no ensino do Direito, estendendo o formato de simulação para outras disciplinas curriculares.

REFERÊNCIAS

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Brasília, DF: CONAMA, 1986.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 9, de 3 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. Brasília, DF: CONAMA, 1987.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1981.

FONSECA, Ronald Assis; RAFAEL, Clélio Rodrigo Paiva; VICTOR, Emerson Francisco; SANTOS, Núbia Cristina Geraldo dos; OLIVEIRA, Amanda Xavier de; SILVA, Cleiciane Ferreira da. O uso do Mentimeter como metodologia ativa virtual no curso de Gestão Ambiental da Faculdade Única de Ipatinga. Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente, v. 2, n. 4, p. 1–7, 2021. DOI: 10.51189/rema/1939.

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (org.). Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens. Ponta Grossa: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. p. 15-33.